

XI Encontro JUTRA – O Direito do Trabalho de mãos dadas – A indispensável solidariedade, sempre.

ISABELE BANDEIRA DE MORAES D'ANGELO, Doutoranda pela UFPE –
Universidade Federal de Pernambuco. Email: belebm@hotmail.com. Fone: 81
99498744. Endereço: Av. Dezanete de Agosto, 2413, apto. 1101, Casa Forte,
Recife-PE. CEP: 52.060-590.

**GT- 2: Tema- O Direito coletivo como instrumento de justiça social
e solidária**
Coordenador: profa. Ellen Hazzan (MG)

**AS CRISES DO SINDICALISMO CONTEMPORANEO E OS
CAMINHOS DO NOVO INTERNACIONALISMO OPERARIO: entre o
sindicalismo reformista e o sindicalismo revolucionário, a busca
pela emancipação social.**

AS CRISES DO SINDICALISMO CONTEMPORÂNEO E OS CAMINHOS DO NOVO INTERNACIONALISMO OPERÁRIO: entre o sindicalismo reformista e o sindicalismo revolucionário, a busca pela emancipação social.

Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo.¹

RESUMO: Este artigo tem como objeto o sindicato e o sindicalismo no contexto das teorias dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais. Objetiva problematizar a doutrina jurídico-trabalhista clássica e demonstrar a necessidade de a mesma se articular com outros campos das chamadas ciências sociais para, finalmente, demonstrar que os movimentos sindicais tradicionais precisam deixar de privilegiar os movimentos reformistas e, resgatando a sua memória histórica, retomar os movimentos emancipatórios ou contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Sindicato e sindicalismo; Teorias dos movimentos sociais; Novos movimentos sociais.

RESUME: This article is about the union and the labor movement in the context of theories of social movements and new social movements. It aims to question the classic legal and labor doctrine and demonstrate the need for the same coordinating with other fields of social sciences calls to finally demonstrate that traditional trade union movements need to stop favoring the reform movements and rescuing their historical memory, resume the emancipatory movements or counter-hegemonic.

Keywords: Syndicate and unionism; Theory of social movements; New social movements

Introdução

Este artigo pretende demonstrar inicialmente que a crise do sindicalismo contemporâneo está relacionada a fatores que vão além daqueles argumentos apresentados pela doutrina jurídico-trabalhista clássica centrados no binômio pluralismo *versus* unicidade sindical e nas inúmeras versões hermenêuticas voltadas para uma abordagem meramente dogmática ou institucional dos movimentos coletivos.

Parte de uma análise crítica sobre o próprio objeto do Direito do Trabalho – o trabalho considerado contraditoriamente livre e subordinado para chegar ao sindicato e ao sindicalismo

¹ Professora Assistente de Direito do Trabalho da UPE – Universidade de Pernambuco. Professora da Universidade Mauricio de Nassau. Doutoranda em Direito pela UFPE. Mestre em Direito pela UFPE.

de caráter obreirista que privilegia as lutas reformistas em detrimento das lutas de caracteres políticos e emancipatórios.

Por fim, defende a ideia segundo a qual a redefinição teórico-dogmática do sindicato e do sindicalismo depende de uma visão analítica que envolva, ao mesmo tempo, a teoria jurídico-trabalhista, as teorias dos movimentos sociais e os novos movimentos sociais.

1. A Desconstrução e as Metamorfoses do Mundo do Trabalho.

As diversas crises que assolam o universo trabalho humano, após o advento do ultraliberalismo e o movimento frenético da globalização apontam para a perda da referencia do trabalho subordinado como objeto do Direito do Trabalho.

As metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho desencadearam um problema sem precedentes nas relações individuais. O professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, em sua famosa trilogiaⁱ, problematiza, refuta e propõe epistemologicamente o deslocamento do objeto do Direito do Trabalho – do trabalho contraditoriamente livre/subordinado para todas as possibilidades de trabalho e rendas compatíveis com a dignidade humana. Propostas teóricas centradas numa pauta hermenêutica e fundamentos teóricos filosóficos distintos para a formulação de novos fundamentos para este campo do conhecimento jurídico.

O sociólogo Ricardo Antunes (2006), refere-se às “evidências empíricas, presentes em várias pesquisas”, para afirmar que o mundo do trabalho sofreu, como resultados das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, um processo de desproletarização do trabalho industrial, fabril, que se traduz, de um lado, na diminuição da classe operária tradicional e, do outro, numa significativa subproletarização do trabalho, decorrente “das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. Houve, segundo ele, uma heterogenização, complexificação e fragmentação do trabalho. Daí surgir um múltiplo processo que envolve a “desproletarização da classe-que-vive-do-trabalho e uma subproletarização do trabalho, convivendo, ambas, com o desemprego estrutural” (idem, p. 209-211)

Viviane Forrester (1979) registra a frustração que envolve aqueles que são obrigados a procurar emprego. Afirma não saber se cômico ou sinistro submeter pessoas a “procura

(efetiva e permanente) desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos, se oferecendo todo o dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas”. (Idem, p. 14).

Já Zygmunt Bauman (1998) afirma que os desempregados eram considerados exército de reserva da mão-de-obra. Quando temporariamente sem emprego - por motivo de saúde, enfermidade ou dificuldades econômicas correntes - deviam ser preparados para reassumir o emprego, quando aptos. Prepará-los era, geralmente, a tarefa reconhecida e a incumbência explícita ou tácita dos poderes públicos. Mas, conclui, lamentando: “Já não acontece assim. Exceto nos nostálgicos e cada vez mais demagógicos textos de propaganda eleitoral, os sem emprego deixaram de ser um exército de reserva da mão-de-obra” (Idem, p. 50).

2. O Caráter Revolucionário da Sociedade Moderna e sua Força Ideológica na Constituição da Supremacia da Subordinação da Força de Trabalho ao Capital.

Esta nova forma de existir/agir, tão própria do capitalismo era, de acordo com MARX, bastante previsível, pois “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso todas as relações sociais” (MARX p. 12)

Assim, o individualismo competitivo, espírito unificador daquela época e da atual, como acima foi descrito, provocou a substituição da luta política pela luta reformista. Em vez de se empenharem na luta pela emancipação social, os indivíduos forçam o corpo, a mente e o espírito, aceitando qualquer sacrifício de modo a assegurar a realização de um novo ideal – o de ser o primeiro no mundo, o prêmio por atingirem certos padrões de excelência globais.

O professor de sociologia da London School of Economics e do Massachusetts Instituto of Technology Richard Sennett afirma que se deve a Weber a análise da militarização da sociedade civil no fim do século XIX, em que corporações funcionavam cada vez mais como exércitos, nos quais todos tinham seu lugar e cada lugar, uma função definida. Para ele, na Alemanha de Otto Von Bismark, este modelo militar passou começar a ser aplicado às empresas e instituições da sociedade civil. Sobretudo, do ponto de vista de Bismark, em nome da paz e da preservação da revolução. Por mais pobre que seja o trabalhador, “que sabe que ocupa uma posição bem estabelecida, estará menos propenso a se

revoltar que aquele que não tem uma noção clara de sua posição na sociedade. Eram estes os fundamentos da política do capitalismo social” (2006, p. 27-28).

Daí os conceitos weberianos de “sistema burocrático racional ordenado”, por intermédio do qual o “expediente”, de um lado, e a “disciplina burocrática”, do outro, exigem a “submissão dos funcionários” a uma “obediência rigorosa” dentro do seu labor habitual (WEBER, 1992, p. 742).

Já Durkheim não procura superar a classe assalariada, mas pretende imprimir um caráter humanitário a essa relação, através daquilo que passou a chamar de solidariedade orgânica. André Gorz, ao citar o referido autor, afirma que “ali onde, na realidade, há uma organização de tipo militar, por pré-recortes de tarefas complementares.” (2007, p. 49)

Segundo Durkheim um contrato não pode ser plenamente consentido se os serviços trocados não tiverem valor social equivalente. Afirma ainda que, se uma força coercitiva impedir de satisfazer, de forma desmedida, os nossos desejos, mesmo desregrados, não pode ser confundida com aquela que nos retira os meios para obter a justa remuneração de nosso trabalho. [...] Por outras palavras, não pode haver ricos e nobres por nascimento sem que haja contratos injustos (1991, p. 178-180).

Observando tais fenômenos à luz do discurso poder/saber ou da microfísica do poder, admite o filósofo francês Michel Foucault, ao tratar da moderna vigilância, em contraposição às punições clássicas, que aquela se transformou em vigilância hierarquizada, ao impor sanções normalizadoras, tendo como paradigma quase ideal o acampamento militar. Fica assim explicada como a doutrina clássica exalta o poder disciplinar, irmão gêmeo da subordinação hierárquica, quando Foucault afirma que esse poder disciplinar impõe uma vigilância hierarquizada ligada ao interior da economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Para ele, o problema que envolve as oficinas e as fábricas, desencadeia uma nova forma de organização e, sobretudo, de vigilância, na medida em que o aparelho da produção se torna mais importante e, ainda, mais complexo, ou seja, na medida em que se verifica o aumento de “operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis. Vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção; deve duplicá-lo em todo o seu cumprimento.” (FOUCAULT, 1977, p. 157).

3. As Insurgências Coletivas e as Raízes do Direito Sindical ou Coletivo do Trabalho.

Dentro desta mesma perspectiva histórica torna-se importante registrar a exploração do trabalho das crianças e das mulheres tão bem retratada por Marx, no Livro I de O Capital.

Segundo ele, “crianças entre 9 e 10 anos de idade eram arrancadas de suas camas imundas às 2, 3, 4 horas da manhã e forçadas a trabalhar, para sua mera subsistência, até as 10, 11 e 12 horas da noite” (2013: 317). Lembra também a experiência das olarias, onde se poderia ter uma “ideia do que se passava com os adultos, principalmente moças e mulheres, num ramo da indústria que faz atividade como a fiação de algodão e outras semelhantes” (Idem, p. 318). Ainda mais horripilantes, as condições retratadas para o trabalho nas minas de carvão desencadeadas também para as crianças e mulheres. Por isso, segundo ele, as melhorias que foram sendo conquistadas resultaram de “longas lutas de classes” (pp. 354-355).

O primeiro internacionalismo operário surgiu na década de 1860, no qual os líderes do movimento operário se associaram internacionalmente para desafiar o novo sistema de dominação que estava sendo instalado, em dimensão jamais vista. Surgiram contatos iniciais entre trabalhadores ingleses e franceses a propósito de uma prática, corrente no século XIX, de importação dos trabalhadores mal pagos do continente para Inglaterra para furar as greves.

Vale a pena registrar ainda que o dia 8 de março é considerado o Dia Internacional da Mulher, em virtude do massacre ocorrido em 1857, numa fábrica de tecidos de Nova Iorque, quando aproximadamente 130 mulheres morreram carbonizadas. Um marco fundamental para afirmação das mulheres por igualdade social, política e, também no mercado de trabalho, cuja discriminação ainda é patente, inclusive, em termos de remuneração.

A professora Fernanda Barreto Lira (2009), na obra já citada, quando faz referência às origens do movimento operário brasileiro, supre uma lamentável lacuna da doutrina tradicional, ao referir-se, com detalhes, sobre as primeiras insurgências operárias surgidas no século XIX, logo após a “libertação” – 1888 – e a da Proclamação da república – 1889. A referida professora faz um relato minucioso sobre o anarquismo na primeira fase do sindicalismo brasileiro; envereda pela segunda fase – a do sindicalismo forjado no Estado Novo, de raiz Corporativa – e, finalmente, sobre o sindicalismo pós-constituente e suas antinomias. Ou seja, sobre a presença dos elementos corporativos na experiência atual – como

imposição de registro no Ministério do Trabalho, unicidade sindical e contribuição sindical, dentre outras.

4. O Novo Internacionalismo Operário. Para Além do Sindicalismo Obreiro e das Lutas Reformistas. A Busca pela Emancipação Social.

Deixe-se aqui transparecer, de saída, a obsolescência ou negligência da doutrina jurídico-trabalhista clássica, quando procura identificar e propor academicamente novos rumos para o sindicalismo.

É que a mesma não consegue sair de uma visão meramente dogmática. Esta negligência se dá, sobretudo, na medida em que não procura integrar os estudos dogmáticos às teorias dos movimentos sociais e com os novos movimentos sociais. Em resumo, não consegue estabelecer uma visão interdisciplinar, especialmente, com as demais vertentes do pensamento social contemporâneo que vem estudando o trabalho humano e os movimentos coletivos de caracteres emancipatórios e contra-hegemônicos.

O problema enfrentado pelo internacionalismo operário foi o entendimento de que os sindicatos, vistos como protetores dos direitos, em nível nacional, deveriam lutar pelos interesses econômicos, independentemente dos interesses políticos dos empregados (ideia vastamente propagada na Inglaterra). Passou-se então a priorizar aquele primeiro. Acrescido a isto, as diferentes condições econômicas dos países, decorrentes do processo liberal, proporcionaram um processo de desenvolvimento diferenciado entre os países, criando interesses antagônicos. Criou-se assim um internacionalismo deficitário.

No contexto dessa história desoladora, os analistas concluíram que a nova divisão internacional do trabalho na era de globalização aprofunda o conflito de interesses materiais nacionalmente ancorados no seio de um movimento internacional e dividido. A transferência de empregos das nações desenvolvidas para as nações em desenvolvimento, onde a mão-de-obra é mais barata, anulou qualquer sentimento de solidariedade para com os trabalhadores que sofrem sob estes regimes. Constataram que os empregos e os trabalhos perdidos por uma nação podem beneficiar trabalhadores de outro país. Logo, não há nenhuma afinidade natural entre movimentos sindicais que seja transversal à divisão entre mundo desenvolvido e terceiro mundo.

Apesar da possível realidade de interesses econômicos antagônicos, o contexto social existente, conjuntamente com os avanços tecnológicos decorrentes do cyberspaço, proporcionou a classe operária uma nova realidade quanto a sua luta, no que se refere ao internacionalismo operário, proporcionando a oportunidade de criar e coordenar campanhas globais e integrar as organizações para além das fronteiras nacionais.

Assinalam Edward Webster e Rob Lambert (2005) que, um novo internacionalismo operário, que prioriza a comunicação em redes, “para traduzir estes importantes, e possivelmente definidores, movimentos de protestos em políticas de poder efetivos, é necessário uma ancoragem em sindicatos e organizações da sociedade civil já constituídas”. (Idem, p. 97)

As propostas dos referidos autores objetivam anular fraquezas e construir virtudes, a fim de desencadear uma transformação no internacionalismo operário tradicional.

Nova realidade quanto à luta, no que se refere ao internacionalismo operário, mas, também, como assinalam Boavetura de Souza Santos e Hermes Augusto Costa (2005: 44), para expandir ação sindical para outros campos e atividades situadas fora da esfera estritamente sindical (OFFE, 1999: 63) o que está agora em causa é uma generalização escalar dessa ideia. Trata-se de ir ao encontro de um sindicalismo de movimento social de âmbito global, já anteriormente proposto por Kin Moody (1997a; 1997, b), ao falar em “sindicalismo movimento social internacional” e de orientação emancipatória” (Idem, p. 44).

Webster e Rob Lambert (2005: 129) descrevem ainda a tipologia do novo internacionalismo operário. Já Elísio Estanque (2005), ao tratar da “reivindicação do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global” (Idem. 357), e objetivando promover “sentimentos de solidariedade para com as vítimas da globalização hegemônica em nível planetário” (idem, p. 392), registra o rol de parcerias e convênios entre diversas associações e movimentos de âmbito internacional (Idem, p. 392). Por fim, Peter Waterman (2005), quando se refere ao tema “emancipar o internacionalismo operário” (2005:405) descreve o quadro em que aparecem as “três estratégias para o desenvolvimento dos direitos trabalhistas internacionais” (idem, p. 446).

Este último autor, ao reportar-se a um editorial escrito por Panitch e Giindim, com o título “Rekindling the Socialist Imagination”, descreve a lista do “que deve ser feito”, para centrar a argumentação, cuja proposição está fundamentada em dez teses: 1. Vencer a

alienação; 2. Atenuar a divisão do trabalho; 3. Transformar o consumo; 4. Modos de vida alternativo (como o feminismo – Waterman); 5. Socialização dos mercados; 6. Planejamento ecológico; 7. Internacionalizar a igualdade; 8. Comunicar democraticamente; 9. Concretizar a democracia; 10. Omnia sint communia (“tudo em comum”, antiga divisa igualitária – Waterman).

Por fim, Boaventura de Souza Santos e Hermes Augusto Costa (2005) sustentam que se torna imprescindível ampliar o cânone do internacionalismo operário, a partir de seis teses fundamentais: tese 1: A afirmação do novo internacionalismo operário se assenta cada vez mais na idéia de cidadania”. (Idem, p. 54), tese 2: O novo internacionalismo operário constitui uma forma, entre outras, de globalização contra-hegemônica, cujo sucesso parece depender cada vez mais das coligações com outros atores e das articulações com outras lutas emancipatórias noutros campos sociais. (Idem, p. 55), tese 3: O novo internacionalismo operário é, em si mesmo, uma realidade cada vez mais plural. É mais correto falar em internacionalismo do que em internacionalismo operário. (Idem, p. 57), tese 4: O novo internacionalismo operário não acontece apenas globalmente. Acontece também regional, nacional e localmente. O movimento operário deve ser capaz de articular as diferentes escalas em que ocorrem as suas lutas de resistência. (Idem, p. 57), tese 5: Entre o velho e o novo internacionalismo operário há rupturas, Mas há também continuidades. (Idem, p. 58), tese 6: O novo internacionalismo operário é uma realidade em construção e as suas manifestações são ainda embrionárias. (Idem, p. 59).

Citando ainda o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, afirmam que as atuais formas de internacionalismo constituem mais “exercícios de cidadania e de sobrevivência do que propriamente resultado de interesses trabalhistas comuns entre trabalhadores”. (Idem, p. 60), fato que se dá em virtude do crescimento e de alastramento mundiais do fenômeno da informalização dos mercados de trabalho. Este seria um aspecto crucial a ser enfrentado, no sentido de promover uma uniformização para o discurso sindical diante deste dilema.

Mantém, no entanto, suas crenças nas teses anteriores e, especificamente, nesta, porque ela está disposta “a desafiar implicitamente o novo internacionalismo operário a multiplicar as suas experiências emancipatórias, esta tese contribui também para reivindicar a emancipação social”. (Idem, p. 60).

Assim, fica bem clara a necessidade de uma reconfiguração teórico-dogmática do sindicato e do sindicalismo contemporâneos, no âmbito do Direito do Trabalho, pois os mesmos não podem se instituir como entidade, associação ou prática coletiva que envolvam, apenas, trabalhadores formais, subordinados.

Ao penetrar no universo da teoria social crítica, o estudioso se depara com uma rica e imprescindível bibliografia: filósofos, historiadores, economistas, sociólogos, assistentes sociais, antropólogos, educadores, geógrafos, dentre outros – que, ao abordarem as crises sistêmicas contemporâneas, fazem expressa referência ao mundo do trabalho e aos movimentos coletivos libertários. Na contramão destes estudos, a doutrina jurídica tem dado pouca atenção aos diagnósticos e propostas por eles apresentadas. Por isso, as análises da doutrina jurídica se apresentam como uma abordagem feita de cima e por fora dos fenômenos sociais, dos conflitos e das patologias deles decorrentes. Tornam-se análises e propostas que, por carecerem desta visão interdisciplinar, se encontram, no mínimo, superficiais e desfocadas da realidade.

5. A Redefinição da Pauta Hermenêutica e dos Novos Fundamentos para o Sindicato e o Sindicalismo Contemporâneos.

É necessário redefinir ou redirecionar a pauta hermenêutica que se consolidou na doutrina jurídico-trabalhista para conectá-la com esta visão interdisciplinar e inserindo-a no contexto das chamadas Teorias dos Movimentos Sociais, sem as quais não é possível, como disse e, repita-se, Boaventura de Souza Santos, reinventar a emancipação social. Excluir o sindicato, o sindicalismo e sua memória histórica desse processo, compromete a teoria jurídico-trabalhista e a distancia das versões epistemológicas direcionadas a compreender os fenômenos sociais contemporâneos, a partir dos paradigmas forjados no seio desses mesmos fenômenos.

A fim de promover uma ideia estruturante deste tema, é imprescindível a leitura de uma obra organizada por Roberto Leher e Mariana Setúbal, intitulada *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais* (2005).

Por isso, este trabalho pretende colocar em relevo a luta política, como paradigma das lutas coletivas desenvolvidas pelo sindicato e quase sempre negligenciada pela doutrina

clássica. Procura, como diz Leher, “resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas”.

Pretende-se, assim, afastar a visão do alto e de fora – dos movimentos sociais – típica da doutrina jurídico-trabalhista tradicional. Como ainda afirma Leher (Idem, p. 8), trata-se de “uma produção de conhecimento sobre os conflitos”, dos “protagonistas das lutas” e das “orientações estratégicas” que devem eles estabelecer no momento presente.

Com isso, as confrontações teórico-práticas sobre o imperialismo, o lugar do Estado nos conflitos de hoje, os limites e as possibilidades dos sindicatos e dos movimentos sociais terão que ser reexaminados. (Idem, p. 8).

Ellen Meiksins Wood (2005) – professora de Ciência Política da Universidade de York, Toronto – defende que a globalização política e econômica já se encontrava inserida na pauta da tradição marxista do século XIX e que o Estado era, sem dúvida, o grande receptor desses ideais. De tal forma que, “a globalização tornou a política da classe trabalhadora uma política dirigida ao Estado e ao poder de classe concentrada no Estado – mais, e não menos possível e importante”. (Idem, p. 104). Eis a razão pela qual os novos movimentos sociais que se instituí no presente devem somar-se ao movimento operário, para não se tornar num movimento abstrato. Admite ainda que a globalização criou, efetivamente, novas oportunidades para a luta e “a organização política da classe trabalhadora é agora mais importante e potencialmente efetiva do que nunca”. (Idem, p. 115).

Se, diante dos novos movimentos sociais, o movimento operário não pode ser mais, para alguns autores, hegemônico ou o único ator do conflito social, não se converte na centralidade sociológica e no símbolo característico da era fordista, não se trata, como afirma Michel Vakaloulis (2005), uma força histórica em extinção. Elas não somente se espalham por todo o planeta, mas, segundo aquela autora, as mobilizações forjadas no mundo do trabalho tendem a se unir aos grandes temas da sociedade em função de uma dupla evolução:

Por um lado, como sustenta Yves Clot, a atividade produtiva significa para o trabalhador poder obter nela suas motivações vitais, os valores e capacidades subjetivas que obtém de todos os âmbitos da vida em que está implicada a sua existência. Por outro lado, a esfera do trabalho se estende além das fronteiras da empresa, no sentido estrito do termo. A irrupção social do trabalho assalariado (processo de individualização, balanço das competições, exigências de qualidade, etc.) e a impregnação fora do trabalho pelo processo de

valorização do capital constituem dois aspectos complementares de uma ‘centralização’ do trabalho no mínimo paradoxal. (Idem, p. 136).

Estes argumentos comprovam a versão analítica do presente estudo, no sentido de inserir a luta política - contra-hegemônica – como pressuposto fundamental das lutas sindicais de caráter coletivo. O aludido autor afirma ainda que estas lutas têm caracteres políticos, capazes de “subverter a configuração contemporânea da ordem do trabalho, um objetivo que está inserido em um projeto de transformação social mais global”. (Idem, p. 136).

Referindo-se especificamente sobre as patologias da modernidade, afirma Boaventura de Souza Santos (2005) que elas estão implicadas em subsínteses – ou constelações sócio-políticas - entre subjetividade, cidadania e emancipação.

Seguindo o rastro das teorias dos movimentos sociais, admitem François Chesnais, Claude Serfati e Charles-Andre Udry (2005) que, dentre os movimentos antimundialização, é preciso considerar que o mercado de trabalho, enquanto espaço social especificamente organizado e em que se realiza a venda ou tentativa de venda da força de trabalho, aparece com um conteúdo de inteligência, de astúcia de força física “por aqueles para os quais esta força é a única riqueza disponível, é a instituição social mais importante e decisiva do capitalismo” (Idem, p. 287). A questão do emprego e do desemprego deve ser elasticizada. Daí a importante em se poder demonstrar o papel da dominação social e política da minoria sobre a maioria “está ligado à venda e à não-venda da força de trabalho (ou seja, ao desemprego e ao fantasma permanente do mesmo) tem aumentado como consequência da polarização das riquezas”. (Idem, p. 287).

Torna-se imprescindível que o movimento antimundialização reporte-se à ideia anunciada por Marx: “o reino da liberdade começa no lugar onde se deixa de trabalhar em função de uma necessidade imposta de fora; este se situa então além da esfera da produção material propriamente dita”. (Idem, p. 289).

Esta postura, segundo os mesmos autores, não deve ficar circunscrita a um único postulado político-ideológico e as suas discussões internas, “deve ser acrescentada ao conjunto do movimento antimundialização”. (Idem, p. 288).

O fenômeno dos movimentos das multidões observado no Brasil nestes últimos dias revela que os novos tempos chegaram. Se, de um lado, o movimento político do operário se

isolou, por outro lado, como diz Boaventura de Souza Santos, ele “facilitou o surgimento de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização” (2005: 174), com as quais ele já começou a se ajuntar e conviver.

A partir dos estudos desenvolvidos pelo professor Everaldo Gaspar Lopes de Andrade (2005: 91-94), a professora Fernanda Barreto Lira (2005: 144-145) aponta para os problemas que afetam o sindicato e o sindicalismo contemporâneo e que estão centrados nas seguintes variáveis: a) na verticalidade do fenômeno associativo centrado na dicotomia operário-patrão; b) no predomínio, hoje, do setor serviços que, em essência, é extremamente pulverizado, fragmentado; c) no desemprego estrutural e nas distintas formas de trabalho e rendas surgidas na sociedade pós-industrial; d) pela não-utilização dos meios comunicacionais disponíveis para aglutinar todas essas variáveis no mundo global; e) finalmente, pela não-utilização dos métodos e técnicas organizacionais, a fim de compreender a cultura e o poder das organizações e enfrentá-las.

Por estas razões, ainda acrescenta (pp. 144-145):

a) as práticas organizativas de articulação, comunicação e combatividade estão em desacordo com a modernidade tecnologia da comunicação e da informação; b) não encontram uma saída organizativa os discursos comunicativos que vão além das fábricas, das organizações, produtivas, dos trabalhadores formais e dos limites territoriais do Estado-Nação; c) excluem os sem-terra, os sem-teto, os autônomos, os clandestinos, os trabalhadores das chamadas empresas de economia social e solidária, os desempregados e não empregáveis; d) não incorporam, como prioritárias, as verdadeiras causas, as origens das novas desigualdades e injustiças sociais, como: o modelo de globalização excludente; o novo capitalismo financeiros; as dívidas e internas e externas dos países pobres e em desenvolvimento; a fome no mundo; os excluídos de todos os hemisférios; a nova geopolítica global.

Conclusão

Redefinir o objeto do Direito do Trabalho - do trabalho livre/subordinado para todas as alternativas de trabalho e rendas compatíveis com a dignidade humana, especialmente aquele que decorre da economia social ou solidária; por em relevo os movimentos coletivos de caráter político – contra-hegemônicos – atuando nos planos locais, regionais e supranacionais

são pressupostos indispensáveis para a redefinição dos fundamentos do Direito do Trabalho, para reconfigurar o perfil do sindicato e do sindicalismo contemporâneos e, finalmente, manter o seu caráter universalista e emancipatório. Esta redefinição teórico-dogmático do sindicato, do sindicalismo e dos movimentos coletivos específicos do Direito do Trabalho só será possível, na medida em que se resgate o seu caráter universalista, o que exige a sua articulação com as teorias dos movimentos sociais e com os próprios movimentos sociais que se espalham por todo o planeta.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. A desconstrução do paradigma trabalho subordinado como objeto do direito do trabalho. In: Revista LTr, v. 72, n. 8, p. 913 - 919, agosto 2008.

_____. Princípios de Direito do Trabalho: Fundamentos teórico-filosóficos. São Paulo: LTr, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Perdizes, SP: Boitempo, 2006, p. 209-211.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2006.

DURKHEIM, Emile. A divisão do trabalho social. Vol II. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo. Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: História da violência nas prisões. Petropolis, RJ: Vozes, 1987.

GOHN, Maria da Glória e BRINGEL, Breno M. (orgs). Movimentos sociais na era global. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GORZ, André. Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARVEY, David; MARICATO; ZIZEK, Slavoj et. al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEHER, Roberto. SETÚBAL, Mariana. Pensamento Crítico e Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K; Engels, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, vol. I. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1953.

MARX, K. Crítica del Programa de Gotha. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

_____. Trabalho Assalariado e Capital. São Paulo: Global Editora, 1987.

_____. O capital: crítica da economia política: livro I: processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2003.

OFFE, Claus. **Contradicciones en el estado del bienestar**. Madrid; Alianza Editorial, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, Cesar. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; COSTA, Hermes Augusto. Introdução: para aumentar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Trabalhar o Mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SENNETT, Richard. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 126-155.

WATERMAN, Peter. Emancipar o internacionalismo operário. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Trabalhar o Mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEBER, Max. Economía y sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ⁱ ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Crítica. Os Sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações. São Paulo: LTr, 2014; Princípios de Direito do Trabalho. Fundamentos Teórico-Filosóficos. São Paulo: LTr, 2008; Direito do Trabalho e Pós-modernidade. Fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr, 2005.